



Anais da Assembléia

N.º 134

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1983

ANO IX

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA
ATA DA 126.ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1983.
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos secretariada pelos senhores deputados Gernote Kirinus e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes. (58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - Procede a leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - (Pela Ordem) Senhor presidente, solicito verificação de votação.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(É procedida a chamada nominal dos senhores deputados)

32 senhores deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação.

A presidência procederá a verificação de

votação, atendendo solicitação do senhor deputado Luiz Alberto Oliveira. Aprovada.
O SR. 1.º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de lei n.º 118/83.

Sala das sessões, 28/11/83.

(a) HERMAS BRANDÃO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, a suspensão da sessão de hoje em homenagem ao ilustre e destemido homem público, ex-senador Teotônio Vilela.

sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) GILBERTO CARVALHO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

Requeiro, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 229/83.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, seja inserido na Ordem do Dia e em regime de urgência, o Projeto de Lei n.º 189/83, que visa dar o nome de "Moacir Júlio Silvestre", à PR-170.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-senador Teotônio Vilela, ocorrido ontem, dia 27 de novembro, na cidade de Maceió, Alagoas.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora GRACIOSA NOVELO CANTU, ocorrido no último dia 26.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) EDUARDO BAGGIO:

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor CAMILO LELIS GAZINEU, ocorrido em GUAIRA - Pr., e que seja enviada uma cópia à família em Corbélia - rua Hortência 203.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) EDGAR PIMENTEL

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento objetiva prestar homenagem a um dos mais eminentes homens públicos que Corbélia já teve; um dos pioneiros do município, grande líder político, cartorário e ex-prefeito.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja marcada para o dia 30 de novembro próximo, a realização de Sessão Especial deste Poder, para que seja homenageado por esta Casa de Leis o ex-senador Teotônio Vilela, que faleceu ontem, dia 27 de novembro, na cidade de Maceió, Alagoas.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) PAULO FURIATTI.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, para que seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações à COAMO-Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pela passagem do décimo terceiro aniversário de sua fundação, com conseqüente encaminhamento ao excelentíssimo senhor presidente, doutor José Aroldo Galassini.

Há pouco mais de uma década, há exatamente treze anos, 79 agricultores fundaram a COAMO-Cooperativa Agropecuária Mourãoense, inspirado na necessidade real de se somar esforços individuais, transfor-

mando-se em benefícios coletivos verdadeiro sentido do cooperativismo. Daquela época para os dias atuais, as características de vida, das formas de plantio, tratamentos culturais, colheita, aliados às mais modernas sementeiras tecnológicas, sofrem significativas transformações sempre assimiladas pelo agricultor. Aliado a este processo evolutivo, a COAMO atinge mais um ano de sua existência, acompanhando plenamente as constantes modificações, não apenas no seu setor agropecuário, mas também em todos os segmentos da sociedade.

A cada período, a COAMO ocupou sempre importantes posições de destaque, sendo que contando com 14.000 cooperados, graças aos seus esforços, aquela cooperativa agropecuária está entre as três maiores cooperativas em todo o País, só possível em face da consciência de seus integrantes.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que fique consignado na ata dos trabalhos de hoje desta Casa, um voto de regozijo pela passagem do 1º aniversário de emancipação política do município de Cafelândia D'Oeste transcorrido a 25 de novembro, como um voto de louvor ao próspero desenvolvimento do município e a auspiciosa administração municipal. REQUER ainda, seja encaminhada cópia do presente expediente ao prefeito municipal, Agenor Pasqualle e aos vereadores de Cafelândia D'Oeste.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) EDGAR PIMENTEL.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e ouvido o Plenário, REQUER ao senhor secretário de Segurança Pública providências urgentes no sentido de dar à região de Maringá, recursos humanos e materiais necessários para que possa ser coibida a escalada da violência que vem se verificando naquela cidade e circunvizinhanças.

A população da região se encontra totalmente desprotegida e em pânico ante a onda de assaltos, arrobamentos e toda sorte de violência que vêm ocorrendo cada vez em maior escala, dada à falta de recursos disponíveis pela polícia local, que desamparada não tem condições evidentemente, de reprimir tais fatos.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao excelentíssimo senhor doutor DENY LINEU SCHWARTZ, DD. secretário de Estado dos Transportes, solicitando ao mesmo que determine ao DER a efetiva conservação da estrada que liga Capanema ao porto Governador Lúpon.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

De acordo com dados que nos foram repassados pela Câmara Municipal de Capanema, o trecho de estrada que liga o município ao Porto Governador Lúpon, encontra-se abandonado, tornando-se intrafegável, quer nos dias de chuva, pelo barro que forma, quer nos dias de sol, quando as pedras se soltam, causando trepidação insuportável.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER que esta Casa encaminhe expediente a excelentíssima senhora ministra de Estado da Educação, professora Esther Figueiredo Ferraz e ao magnífico reitor da Universidade Federal do Paraná, professor Alcyr Joaquim Ramalho, solicitando a constituição de vagas no próximo ano letivo, para estudantes que necessitam de transferência de outras universidades ou faculdades.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) EDGAR PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

A criação de vagas especiais na Universidade Federal do Paraná a serem preenchidas pelos estudantes de nível superior que necessitam de transferência é antiga reivindicação de nossos jovens estudantes que, não raro, necessitam transferir residência juntamente com seus familiares para a Capital do Estado. É de se salientar também que, face a grave crise sócio-econômica do nosso País, muitos estudantes se vêem na contingência de abandonar seus estudos, uma vez impossibilitados de arcar com os elevados preços pagos às faculdades particulares sem exceção, em alguns casos, às universidades estaduais, sendo inviável uma transferência para as universidades federais.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que esta subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ou-

vido o Plenário, REQUER que esta Casa encaminhe expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado do Interior, deputado Nelson Friedrich, solicitando a instalação de uma subestação da COPEL, alimentada pela rede que serve Cobelia, no município de Cafelândia D'Oeste. REQUER ainda, que se encaminhe cópia do presente ao presidente da COPACOL, senhor Ildo Pasqualle e aos nobre vereadores de Cafelândia D'Oeste.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) EDGAR PIMENTEL.

JUSTIFICATIVA:

Cafelândia D'Oeste é indubitavelmente próspero município cuja principal fonte de renda é a atividade agro-pastoril. As constantes quedas de energia elétrica, entretanto, têm causado sérios transtornos e graves prejuízos ao município que conta com importante abatedouro de frangos e indústrias. Anote-se também, as dificuldades enfrentadas pela Cooperativa Nossa Senhora Consolata Ltda-COPACOL face às oscilações de energia para desempenhar suas funções e manter, por exemplo, seus secadores em perfeito funcionamento. A instalação da subestação da COPEL é portanto; antiga reivindicação dos mais diversos segmentos da comunidade de Cafelândia D'Oeste.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário.

REQUER o envio de expediente substanciado em apelo ao doutor Olivo Zanela, digno diretor geral do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de agilizar a reconstrução, do trecho de estrada que liga São João da Graciosa ao trevo da Estrada Morretes-Antonina numa extensão de aproximadamente 12 Kilômetros, com revestimento de paralelepípedos ou asfalto a critério do DER.

O referido trecho é muito importante para os turistas que se dirigem a Antonina, via Graciosa e que atualmente, em virtude do péssimo estado em que se encontra, são obrigados a se deslocarem de São João até Morretes e daí seguirem a Antonina aumentando o percurso em mais de 30 Kilômetros.

O assunto já foi debatido em recente reunião com o doutor Deni Lineu Schwartz, secretário dos Transportes e as lideranças políticas de Antonina, tendo na ocasião o senhor secretário acolhido com simpatia a reivindicação e prometido tomar as providências necessárias.

Face ao exposto temos certeza de que o nosso apelo encontrará receptividade por parte do DER que assim estará contribuindo para incrementar cada vez mais o turismo no nosso litoral.

Requer outrossim, uma vez aprovado o

presente, dê-se ciência ao senhor Joubert Gonzaga Vieira prefeito Municipal de Antonina e ao vereador Gilberto Rodrigues, presidente da Câmara Municipal.

Sala das Sessões, em 08/11/83.

(a) NELSON BUFFARA.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, DENI LI-NEU SCHWARTZ, solicitando providências urgentes para recuperação da PR-082, no trecho que liga Cidade Gaúcha a Rondon.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

O referido trecho da rodovia PR-082 encontra-se em condições precárias de manutenção, dificultando o tráfego e escoamento da produção de cana-de-açúcar da região e, inclusive, provocando acidentes, danificando veículos que trafegam no trecho, sendo que maiores prejuízos poderão ser causados, caso medidas não forem tomadas.

Diante dessas justificativas, solicitamos medidas urgentes para recuperação da PR-082.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Agricultura, objetivando informações, junto à CAFE-Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná, a respeito da qualidade do poder germinativo das sementes de algodão bem como seus preços de sementes na região de Goioerê.

Atendendo solicitação da Câmara Municipal de vereadores de Goioerê, através do excelentíssimo senhor presidente Toshiyuki Koike, este afirma o descontentamento geral dos cotonicultores paranaenses, notadamente os daquela região, que aliás, é uma das maiores áreas plantadas desse cultivar, que dentre outros problemas destacam-se o baixo índice de germinação das sementes tratadas pela CAFE do Paraná colocadas no mercado, assim como o preço considerado exorbitante, atingindo atualmente cerca de Cr\$ 18.000,00 a saca.

Neste sentido, aguarda-se, o mais urgente possível, o esclarecimento de tais fatos aliadas à tomada de medidas visando eliminar as prováveis constatações a respeito.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, objetivando a realização de estudos no sentido de avaliar a possibilidade de se proceder a implantação de uma linha de ônibus, entre o município de Ubiratã e o município de Curitiba.

De iniciativa do excelentíssimo senhor Egon Fischer, tal reinvidicação visa fundamentalmente atender o grandioso fluxo de passageiros daquela cidade, pertencente à Microrregião 12 à Capital do Estado, tendo em vista o crescimento sócio-econômico também das localidades circunvizinhas. Ademais, há muito não é desenvolvido em Ubiratã um redirecionamento dos transportes de massas, visando adequá-lo às necessidades atuais dos usuários.

A este respeito, a realização da reinvidicação ora exposta, por parte dessa secretaria de Estado dos Transportes, virá indiscutivelmente trazer vários benefícios a toda aquela rica e imensa região.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) RUBENS BUENO.

REQUERIMENTO

Senhor presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja transcrito na Ata dos trabalhos da presente sessão, inteiro teor do documento final firmado por ocasião do 5.º Congresso Brasileiro de Economistas, realizado em nossa Capital, nos dias 15 a 18 próximos passados.

Outrossim uma vez aprovada a presente proposição seja dada ciência da mesma ao Conselho Regional de Economia - 6.ª Região Paraná, à Federação Nacional dos Economistas e ao Conselho Federal de Economia.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

OBS: Em anexo cópia da "CARTA DE CURITIBA", parte integrante da presente proposição.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 237/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada "RODOVIA URBANO PEDRONI" a PR-467, que interliga os municípios de Presidente Castelo Branco, Florai e São Carlos do Ivaí.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário à presente.

Sala das Sessões, em 25/11/83.

(a) FERRARI JUNIOR.

JUSTIFICATIVA:

O senhor URBANO PEDRONI, saudoso prefeito do município de Florai, era natural de Getulina-SP, filho de Francisco Pedroni e Vitória Fagan. Chegou em 1958 com seus pais e irmãos.

Fez seus estudos iniciais em Mandaguari, posteriormente em Jacarezinho. Era formado técnico em contabilidade. Foi vereador na gestão 73-76. Foi eleito prefeito de Florai na gestão 77-82.

Sua morte, muito sentida pela população de Florai, ocorreu em acidente automobilístico nas proximidades de Ponta Grossa. Na ocasião retornava a Curitiba onde havia estado participando de uma reunião de prefeitos com o governador do Estado. Deixou viúva a senhora Maria de Lourdes Schiavon Pedroni, e filhos.

PROJETO DE LEI Nº 238/83

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade Pública, a "ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ - ABPR", com sede e foro nesta Capital, à rua Monsenhor Celso, 525.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Declarada de utilidade pública municipal, de acordo com as normas constantes da Lei 6.994 de 10 de janeiro de 1978, a ASSOCIAÇÃO BIBLIOTECÁRIA DO PARANÁ - ABPR, tem por finalidade proporcionar estudo, coordenação, proteção, com intuito de colaboração com os poderes públicos e as demais associações, no sentido de solidariedade entre os bibliotecários, e tem participado ativamente em todas as promoções que foi convidada a participar, enviando seus associados e membros da diretoria executiva.

Junto ao presente, anexamos as documentações exigidas, de acordo com a Lei 6994, de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para declaração de utilidade pública de Sociedades Cívis, Associações e Fundações constituídas no Estado do Paraná e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 239/83

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública, a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA PRESBITERIANA DE PONTA GROSSA - Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na

data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28/11/83.

(a) ODENI MONGRUEL.

JUSTIFICATIVA:

A "Associação Comunitária Presbiteriana de Ponta Grossa, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná, constituiu uma organização de Educação, Integração e Assistência Social, sem fins lucrativos, e tem como objetivo maior, proporcionar e manter o ensino de 1º e 2º graus, prestando a todos os seus beneficiários a assistência e orientação espiritual, tanto de forma teórica como práticas, promovendo dentro da comunidade, os municípios básicos de formação moral, educacional e religiosas.

Pela sua atuação e pelos relevantes serviços que vêm prestando aquela entidade à comunidade local e à sociedade paranaense, por si justifica a presente proposição.

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao senhor deputado Gabriel Sampaio, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Senhor Presidente, senhores deputados.

Estamos praticamente há um mês do término do presente ano com apenas mais uma semana e pouco para a Assembléia Legislativa entrar em recesso e até a presente data, o governo do senhor José Richa não anunciou o índice dos salários para o funcionalismo público. Não desconhece o Poder Executivo que em tempos iguais ao que atravessamos, o mínimo que se pode oferecer a essa classe que carrega o peso da responsabilidade de fazer funcionar toda a máquina administrativa, é a tranqüilidade de poder chagar ao final de um exercício, conhecendo com o que poderá contar para enfrentar o próximo ano.

O funcionalismo é formado por seres humanos, parece desconhecer sua excelência, tão mediana realidade. Chefes de família com encargos intranferíveis que necessitam de uma previsão, senão definitiva, já que a inflação nega a todos o direito de planificar no espaço de até trinta dias, pelo menos aproximada, para fazer frente às obrigações que cada um tem que saldar no decorrer de cada ano.

Já não falemos no direito que teriam todos de planejar os seus orçamentos familiares, prevendo gastos extraordinários, que pudessem vir a ocorrer como sempre acontece. Estamos falando tão somente da certeza que precisam ter os servidores de que obterão pelo menos o mínimo indispensável que deverá ser o reajuste que acompanhe a alteração do INPC que, no segundo semestre deste ano, foi da ordem de 65%.

Há que se reconhecer, por outro lado, que a defasagem salarial do primeiro se-

mestre foi de 13,92% enquanto o índice acumulado está em torno de 95%. A reposição do poder aquisitivo, perdidos pelos servidores, ao longo desse período, há que ser efetivada, sob pena de ocorrer um achatamento salarial impossível de ser superado pela classe.

A tensão e expectativa gerada por esta espera, indiscutivelmente foi aumentada com a decepção que tomou conta de toda a classe do funcionalismo com a transformação do 13.º salário em mera gratificação natalina. De forma alguma, era sob este título que aguardavam os servidores a concessão do benefício, aliás, amplamente prometida pelo PMDB nos palanques de campanha.

O desapontamento gera, em contrapartida, a quase certeza de não se ver realizadas as promessas então feitas, inclusive, sobre a adoção de uma semestralidade, direito líquido e certo de uma classe que, evidentemente, também sofre, como qualquer outra, as grandes dificuldades financeiras que atravessamos todos nessa época de plena recessão econômica.

Esperamos que o Poder executivo adote uma postura equilibrada e coerente ao nomear o novo índice de reajuste, tendo em vista a realidade presente, não esquecendo as reivindicações que fazia para o povo quando pleiteava a gestão do governo paranaense e, com isso, alcançou a confiança desse mesmo povo que o elegeu.

Que a magnanimidade do governo revelada, igualmente, ao conceder o novo aumento ao funcionalismo, como se revelou ao destinar os seus gastos, importâncias tão significativas do orçamento do presente exercício.

Senhor presidente, senhores deputados, queremos registrar, aqui, também, a ausência que causa ao País o passamento do ex-senador Teotônio Vilela, um homem que, quando pertenceu a antiga ARENA, e também ao PDS, foi um dos baluartes do Partido e, após passar ao PMDB, continuou um homem suprapartidário, um homem que definia a liberdade, os direitos humanos e a volta a plena democracia. É com consternação que nós anunciamos e pedimos aos companheiros desta Casa que façamos os nossos pensamentos voltados a este grande brasileiro que, lamentavelmente, deixou a vida brasileira, a vida pública com sua morte. Nós temos certeza que o exemplo de Teotônio Vilela haverá de ser comprovado a memória da classe política brasileira.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o senhor deputado Trajano Bastos.)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, o senhor deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor presidente, senhores deputados.

O primeiro pronunciamento que fiz nesta Casa, após investido do mandato parlamentar, foi uma homenagem, no final do pronunciamento a homenagem póstuma ao grande político brasileiro, ex-integrante da ARENA, ex-membro do MDB e do PMDB. O Brasil perdeu muito. Eu só espero que os políticos continuem usando seus mandatos e as suas vozes para continuar o grande plano de emergência do saudoso e inesquecível senador Teotônio Vilela.

Senhor presidente, senhores deputados, estamos preocupados com o problema da Fazenda Anone, em Marmeleiro, no sudoeste do Paraná. Naquela localidade, aproximadamente 433 famílias, correspondendo a duas mil pessoas, segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, com trabalhos, com dificuldade, com ordem, cultivaram 1800 hectares, aproximadamente, dos 3600 hectares da chamada Fazenda Anone.

Estes agricultores, com as dificuldades que se impõem aqueles que nada têm, nem terra para plantar, têm uma previsão de safra de 540 toneladas de feijão, 152 toneladas de arroz, 12 mil quilos de mandioca. Com o trabalho de homens, mulheres e crianças que querem extrair da terra o sustento para suas famílias, com habitação em pequenos barracos, com deficiência de higiene, de alimentos e de água. A Fazenda Anone tem produzido talvez, pela vez primeira, através do trabalho dos sem terras, esta quantidade de alimentos que se avizinha da colheita.

O INCRA, em 1980, desapropriou a Fazenda Anone para fins jurídicos. Num recurso julgado há poucos meses atrás, o Tribunal Federal de Recursos deu ganho de causa para a Fazenda Anone e o INCRA recorreu da decisão, estando aguardando o seu julgamento.

Quando vemos o trabalho de homens ordeiros, a tal ponto de, acreditando nas promessas dos órgãos competentes, terem se afastado da área e acampado às margens da rodovia, quando homens que fizeram o parto de seus filhos em míseros barracos para não se afastar do trabalho, têm uma previsão de uma safra que, sem dúvida alguma, demonstra o seu trabalho, a sua dedicação, a sua origem da terra, estão ameaçados por serem despejados da área, perdendo seu trabalho e perdendo sua colheita.

Queremos, aqui, nesta Assembléia legislativa, pedir aos companheiros de ambos os partidos que apoiem os requerimentos que estaremos enviando para todas as autoridades competentes, no sentido que se permita, ao menos, aos trabalhadores do condomínio Anone, a colheita da plantação que executaram, como respeito ao trabalho de milhares de pessoas que acreditam na terra.

Quem são os homens do condomínio Anone? Trabalhadores brasileiros que querem produzir. Homens pobres, mas que acreditam na moral, no trabalho e na Justiça. Homens

que não prejudicam as famílias, que não estão a ameaçar a tranquilidade de ninguém.

Devido ao exíguo tempo, paramos por aqui e voltaremos a tocar neste assunto, na esperança de podermos fazer alguma coisa para aqueles que acreditam na Justiça e no Trabalho.

Muito obrigado, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

(Reassume a presidência o senhor deputado Nestor Baptista).

O SR. PRESIDENTE (Nestor Baptista) - concedo a palavra ao próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Odeni Mongruel.

O SR. ODENI MONGRUEL - Senhor presidente, senhores deputados.

Inicialmente, em nome dos integrantes da Bancada do Partido Democrático Social, nesta Assembléia, quero registrar aqui, o nosso profundo pesar pelo falecimento do eminente homem público, senador Teotônio Vilela.

As manifestações da Bancada de oposição, nesta Casa, ao passamento da ilustre figura deste País, pelo profundo significado do papel que desempenhou nesta fase de redemocratização do País.

Registramos, portanto, o nosso testemunho e o nosso profundo pesar pelo passamento do senador Teotônio Vilela.

Em seguida, eu gostaria de transmitir a este plenário o que traz o "Jornal da Manhã", na cidade de Ponta Grossa, na sua edição dia 25 de novembro, sexta-feira, em que comenta a passagem do senhor governador José Richa, na Universidade Estadual daquela cidade.

Diz o jornalista Gonçalves de Castro, em um artigo intitulado "preço da obediência", o seguinte: (Lê):

PONTO DE VISTA

"A manifestação do governador José Richa, ao responder indagação dos estudantes, na noite de terça-feira, no auditório da Reitoria, de que não atenderá solicitação de aumento da participação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, no bolo orçamentário das Universidades paranaenses, justificando que a mesma não precisa de mais recursos, simplesmente porque está "bem administrada", e não pode, de forma alguma, ser aceita passivamente.

Se pretende o chefe do Executivo estadual, frear o crescimento das Universidades de Londrina e Maringá, que já estão com seus "campi" consolidados e que devem naturalmente, ter contido o crescimento dos anos anteriores, o mesmo não pode acontecer com a Instituição de Ensino Superior pontagrossense que, por ter sido "bem administrada" desde a sua criação, vem pagando caro o preço dessa obsessiva obediência às determinações governamentais, enquanto que as outras duas, sempre utilizando a política do "fato consumado", se expandiram e sempre tiveram o Estado a pagar a conta.

Agora chegou a hora do governo estadual mudar radicalmente a sua política universitária, voltando suas vistas à Universidade Estadual de Ponta Grossa, estrangulada no seu acanhado espaço físico da praça Santos Andrade e que precisa, urgentemente, construir o seu "campus".

No mesmo jornal, comenta o jornalista Adail Ingles, "Verbas para a Universidade Estadual de Ponta Grossa: (Lê):

"A negativa do governador José Richa sem atender os vários pedidos para que seja aumentada a participação da Universidade Estadual de Ponta Grossa no bolo orçamentário das universitárias estaduais, foi recebida com reservas pela comunidade universitária que assistiu a palestra de encerramento no período da disciplina de Estudos do Problemas Brasileiros II, na última terça-feira no auditório da Reitoria. A platéia contestou afirmando que Londrina e Maringá sempre foram melhor servidas pelo Orçamento do Estado, e que, a UEPG a cada ano vê diminuir o índice de sua participação no orçamento destinado às instituições de ensino superior do Paraná".

Quero, portanto, trazer aqui, a manifestação de apelo ao governador José Richa, para que reveja os critérios adotados na fixação dos valores deste ano.

Nos anos de 81, 82 e 83 a universidade Estadual de Ponta Grossa, foi contemplada com cerca de 14% do "bolo" destinado às três universidades.

Desta feita em que a expectativa cresce no sentido de, como Reitor indicado por influência político-partidária, aumentar o índice de participação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, houve uma absoluta reversão de expectativa.

Então, fica um apelo ao senhor governador, no sentido de que sua excelência reveja esta posição, senão agora, neste instante, que o faça quando da suplementação de recursos, porque é inadmissível que seja a Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelo bem administrar os recursos materiais e humanos, desta feita, penalizada, por obediência ao Governo do Estado.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a Presidência o senhor deputado Trajano Bastos)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor presidente, senhores deputados.

O vale do Ivaí, região central do Paraná, pouco a pouco, vem se configurando no cenário estadual, como uma das regiões que, politicamente, dentro do PMDB, mais tem se destacado. Se no passado, o vale do Ivaí, como é conhecido a região central do Paraná, foi toda esquecida, tanto politicamente como administrativamente, na presente legislatura há que dizer que a nossa

região central do Paraná, tem se mostrado dinâmica; tem se mostrado atuante; tem se mostrado cumpridora das suas obrigações político-partidárias, e porque não dizer, até administrativamente, no que tange ao governo José Richa.

Muito já se fez neste ano de 1983, em termos de desenvolvimento político da nossa região. Muitos são os senhores deputados com assento nessa Casa, que lá atuando, têm desenvolvido um trabalho do mais alto significado político-partidário para a nossa agremiação do PMDB. Nesse sentido, temos hoje em nossa região, diversos departamentos femininos do nosso partido, funcionando com convenções já realizadas e diretorias eleitas. No passado, nem sequer ouvia-se falar nisso.

No que tange à política da juventude setor jovem do nosso partido, o PMDB, praticamente todos os municípios da nossa Associação dos Municípios do Vale do Ivaí já tem seu diretório. E dentro dessa filosofia de dinamizar, de harmonizar, de progredir a política peemedebista no Vale do Ivaí, foi que no mês passado, mais precisamente no dia 9 de outubro, elegeu-se e votou-se o primeiro estatuto da Associação dos Diretórios do PMDB, do Vale do Ivaí. Fato inédito, existente no Paraná, que soma única e tão somente, por uma associação no Paraná, que soma única e tão somente, por uma associação idêntica a esta, uma que existe na região de Ibaiti.

Enquanto pouco se fazia, até poderíamos dizer, a nível de Diretório Regional, a nossa região saía na frente, levando adiante as propostas do nosso partido político, o PMDB, buscando com isto dinamizar ainda mais a participação do nosso município, a participação do nosso homem mais humilde, que em 15 de novembro de 82, elegeu não só a nós, mas muitos outros companheiros que têm assento nesta Assembleia Legislativa.

E para não ficar parado, para que essa associação, esses setores jovens formados, esses departamentos femininos não sejam criados pura e tão somente para se fazer mais um número no dia 11 de dezembro, agora, estaremos realizando em Ivaiporã, no Centro Social e Urbano, daquela cidade, o primeiro encontro de peemedebistas do Vale do Ivaí e região central do Paraná.

Nesse sentido, a Associação dos diretórios do PMDB do vale do Ivaí, presidida pelo nosso companheiro Francisco de Assis Araújo, presidente do diretório do PMDB de Grandes Rios, está se mobilizando, convocando todas as lideranças políticas do nosso partido. Também se mobilizando está no setor jovem do PMDB do Paraná, e também se mobilizando todas as lideranças políticas com assento naquela região.

E pretendemos no dia 11 de dezembro, na cidade de Ivaiporã, reunir mais de 400 pessoas de nossa região, teremos oportuni-

dade de apresentar nossas propostas e ouvir os nossos palestristas que estão sendo convocados para aquela ocasião: secretário Nilton Friedrich e senador Álvaro Dias.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

(Assume a presidência o senhor deputado Antônio Annibelli).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Annibelli) - encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao senhor deputado Paulo Furiatti, inscrito.

O SR. PAULO FURIATTI - Senhor presidente e senhores deputados.

Não poderia deixar de hoje esclarecer a tristeza que gera no País pela morte do grande brasileiro Teotônio Brandão Villela. Um homem que fez muito pela Pátria Brasileira e pela liberdade deste País.

Mas, o motivo que me traz a esta tribuna hoje, é uma reportagem da revista "Veja", de 30 de novembro, a última revista que traz na coluna "Radar" a seguinte reportagem com o título "Tribunal é uma família".

E diz o seguinte: "O Tribunal de Contas do Paraná enriqueceu este mês sua folha de pessoal com 48 novos funcionários, escolhido em processo seletivo interno, e nomeados para as funções de técnico e auxiliar de controle, com salário médio de 500 mil cruzeiros".

Diz a revista "Veja" ainda: todos são parentes do presidente, dos conselheiros ou procuradores do tribunal, com uma exceção a funcionária Vera Lúcia Lunardelli Pimentel, que é filha do presidente do PDS paranaense, Paulo Pimentel".

Senhor presidente e senhores deputados, lendo o Diário Oficial do dia 23/11/83, observamos que foram nomeados inúmeros funcionários para aquele Tribunal, como Joslei Mário Tomazoni, filha do conselheiro Ivo Tomazoni; Armando Queiroz de Moraes Jr., filho de um conselheiro daquele Tribunal; José Busato, sobrinho do presidente do Tribunal; Adriana Gilio Martins de Oliveira, filha do presidente do Tribunal; Vera Lúcia Lunardelli Pimentel, filha do presidente do PDS do Paraná; Luciana Gilio Martins de Oliveira, filha do presidente do Tribunal; Maria Lúcia Rupel, filha de um conselheiro do Tribunal; Luis Henrique Sampaio Feder, filho de conselheiro; Cristiane Sales de Albuquerque Maranhão, filha do diretor-geral daquele Tribunal.

Além deste ato que não considero moral, este ato está revertido da sua ilegalidade, porque existe um projeto de lei desta Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Antonio Facci de 04 de agosto de 1980, que diz o seguinte:

Art. 1º - É vedada sob pena de nulidade a nomeação de cônjuge ou parente até 2º grau, consanguíneo ou afim de governador, deputado, secretário de Estado, magistrado, dirigentes de Autarquias, Sociedade de Economia Mista, Empresas Públicas,

Fundações, Procurador, Promotor Público, Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas, para o cargo dos serviços auxiliares dos órgãos em que servirem.

Parágrafo único: - Não são abrangidos por este artigo os aprovados por concurso público, devidamente regulamentado.

Protoc 72/73.
Assembléia Legislativa.

JUSTIFICATIVA:

A legislação Federal, especialmente a que rege o funcionamento da Justiça Federal, Lei 5010, prevê proibição semelhante atingindo parentes consanguíneos ou afins de Juiz Federal.

De sua parte, embora menos abrangente e excetuando alguns casos, o estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado, Lei 6174, em seu artigo 346, veda ao funcionário trabalhar sob ordem de cônjuge ou parente até 2º grau, salvo em função de estrita confiança.

Companheiros deputados, senhor presidente, no momento em que esta Casa de Lei aprovou a reclassificação da moralidade, este ato não pode permanecer, dentro dos princípios da moralidade, este ato não pode permanecer, esta Casa não pode deixar permanecer, porque muitos são aqueles que sobem a tribuna desta Casa, a dirigir impropérios e a falar muitas vezes, conseqüentemente em moralidade. E como não tenho dúvida sobre o comportamento de sequer um deputado desta Casa, a respeito da condução dos negócios públicos, também não tenho dúvida que esta ato terá a nulidade, não somos homens públicos para dar legitimidade a atos ilegítimos e ilegais. Portanto senhor presidente e senhores deputados, diante dessa denúncia a nível nacional que a revista "Veja" publicou, eu faço um apelo a esta Casa, que não só sumptra-se a lei, mas resguarde também a legitimidade pública nesse Estado do Paraná.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa excelência permite um aparte (Assentimento).

Vossa excelência traz à tribuna dessa Casa, notícia timidamente vinculada pela revista "Veja". Timidamente porque em quatro ou cinco linhas traz uma notícia de um ato de tamanha imoralidade.

Tantos são aqueles que, ligados a essas pessoas nomeadas estão, e que ninguém no Paraná, nem num órgão de imprensa teve a coragem de publicar aquilo que o Diário Oficial publicou na última semana; e mais que isso, hoje recebemos o Diário Oficial em nosso gabinete, diário publicado em 25/11, publicando outros nomeações dentro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Vossa excelência está de parabéns, vossa excelência está aí cumprindo com seu dever que é denunciar todos os atos de imoralidade, e de irregularidades neste Estado do Paraná.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte de vossa excelência e concedo o aparte ao deputado Luiz Alberto Oliveira.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência traz ao conhecimento da Assembléia Legislativa, atos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que a seu juízo são ilegais. Vossa excelência ao fazê-lo cumpre com a sua obrigação de fiscalizar os atos públicos.

Tenho certeza que aquele Tribunal dará publicamente o esclarecimento necessário à opinião pública do Paraná. Gostaria de adiantar a vossa excelência alguns dados: as nomeações foram resultantes de um concurso público que vossa excelência habilmente esquece de dizer na sua denúncia. Em segundo lugar, vossa excelência deveria denunciar à opinião pública, a nomeação de parentes, de filhos, de irmãos e senhoras de deputados estaduais, que foram nomeados em cargo em comissão, nesta Assembléia Legislativa.

O SR. PAULO FURIATTI - Agradeço o aparte de vossa excelência e digo que o concurso público, foi um concurso interno.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - em razão de legislação específica.

O SR. PAULO FURIATTI - Muito bem. Vossa excelência conhece, digo, vossa excelência desconhece que pessoas que não faziam parte do público interno, foram nomeadas?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu desconheço e já esclareci a vossa excelência de que o Tribunal, provavelmente, fará o esclarecimento, como é conveniente. Eu creio que vossa excelência faz muito bem ao trazer ao conhecimento desta Casa, como eu creio, digo, como eu acho que vossa excelência devia trazer, por exemplo, a sua ficha funcional, como funcionário do ITC...

O SR. PAULO FURIATTI - Trago, Já trouxe e está à disposição, nobre deputado.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu gostaria de ver. Gostaria também que vossa excelência não assinou ponto no último ano.

O SR. PAULO FURIATTI - Trago-lhe com a melhor boa vontade toda a minha ficha funcional. Já trouxe e está à disposição de vossa excelência. E gostaria de dizer a vossa excelência o seguinte: eu não tenho conhecimento, não tenho conhecimento de nomeação de senhora de deputado em cargo de confiança. Se vossa excelência tem, cumpra o seu papel como estou cumprindo o meu, aqui.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência leia o Diário Oficial da Assembléia.

O SR. PAULO FURIATTI - Vossa excelência já leu?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu li. vossa excelência sabe, inclusive, as pessoas às quais me refiro.

O SR. PAULO FURIATTI - Vossa excelência tem conhecimento?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência sabe a que me refiro.

O SR. PAULO FURIATTI - Vossa excelência

tem conhecimento?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - As nomeações dos irmãos de deputados.

O SR. PAULO FURIATTI - Vossa excelência tem esse conhecimento?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Eu tenho conhecimento.

O SR. PAULO FURIATTI - Por que não denuncia?

O Sr. Luiz Alberto Oliveira Trarei ao conhecimento desta Casa.

O SR. PAULO FURIATTI - Traga essa denúncia que será bem recebida de minha parte.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Oficialmente, trarei.

O SR. PAULO FURIATTI - Traga que esse é o seu papel.

O Sr. Rubens Bueno - Vossa excelência concede um aparte? (Assentimento).

O líder o PDS parece ser o porta-voz do Tribunal de Contas nesta Casa. Pelo que se sabe, ele já tem até pronta a nota oficial que o Tribunal vai emitir sobre...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência não tem condições de prejudicar...

O Sr. Rubens Bueno - Senhor presidente, solicito a vossa excelência que assegure a palavra do aparteante.

O líder do PDS vem, mais uma vez, comprovar que nem tudo o que ele diz nesta Casa é verdade. Não fizeram concurso público no Tribunal de Contas do Paraná; foi um processo seletivo interno e não foi concurso público. Esses dois atos que estão aqui, através da Portaria 541 e 542, constam de um processo interno, no Tribunal. Não houve processo, digo, não houve concurso público, nem interno nem externo, para nomeação dos parentes, inclusive do líder do PDS.

O SR. PAULO FURIATTI - Perfeitamente, nobre deputado Rubens Bueno, como o de vossa excelência, o argumento dele vale de prejudicação de vossa excelência, mas ele prejudica quando diz que tem conhecimento...

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Vossa excelência concede um aparte para esclarecer o deputado Rubens Bueno, o antigo assessor de Álvaro Dias, o antigo sócio de propriedade do senhor Lúcio Cioni Neto, em Brasília? Eu digo a vossa excelência que o concurso público foi o que deu entrada aos funcionários no Tribunal de Contas, e este acesso que se fez foi em razão dos funcionários já trabalharem no corpo de funcionários do Tribunal de Contas. Em razão disso, foi dado possibilidade de acesso aos funcionários internamente, do Tribunal de Contas, para os quadros de carreira universitária, à semelhança da lei que aprovamos nesta Casa, possibilitando aos funcionários da Assembléia Legislativa acesso às melhores carreiras e padrões da Assembléia Legislativa.

O SR. PAULO FURIATTI - Pois eu lhe afirmo, nobre deputado, que nesse processo se-

letivo, nem todos faziam parte do Tribunal de Contas. O que reveste essas nomeações, nomeando parentes não é moral, não é legal, e esta Casa tem o dever de fiscalizar e dar um basta num processo que nos últimos 20 anos vinha ocorrendo neste Estado. Sob a direção do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o Estado não pode permitir tamanhos disparates e solicito a esta Casa que além de tomar providências cabíveis, encaminhe a minha pessoa todo trâmite do Projeto de Lei do deputado Antonio Facci, protocolado sob o n.º 72/73.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antonio Annibelli)

Consulta à liderança do PMDB se fará uso de restante do tempo destinado a essa liderança.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor presidente e senhores deputados. (Lê):

"Quem é esse menestrel que surge das secas, falando em liberdade, molhando o caminho trilhado com sangue, suor e lágrimas;

Que é esse saltibando que vem das caatingas, falando em Brasil liberto e soberano, calçando sua picada com sofrimento e perseverança"?

Hoje, sua voz não ecoa mais nos recantos desse nosso Brasil sofrido e desesperado. Morreu o grito que cantava a liberdade de expressão, a autodeterminação, a emancipação financeira, a reestruturação do Poder Político Central...

Morreu Teotônio Vilela.

Exemplo de seus pares.

Homem que pontificou e enobreceu o Congresso Nacional, tanto por seus posicionamentos como por seus pronunciamentos em defesa dos interesses do povo brasileiro.

Mesmo quando pertencia aos quadros partidários da antiga Arena, sempre se posicionou dentro dos princípios igualitários e verdadeiros, merecendo, desde aquela época, a admiração de todos os componentes do Congresso, quando ouviam seus pronunciamentos com acatamento e respeito.

Deu uma verdadeira aula de abnegação em prol do povo brasileiro, quando desprezou o abrigo do Partido Governista para ingressar em um Partido Oposicionista, o então MDB.

Já desenganado pelos médicos, com sua vida determinada por espaço infinito, encetou uma campanha de âmbito nacional, com o fito de conscientizar todos os segmentos partidários e participativos que o Brasil se encontrava no caminho do abismo financeiro, na trilha do calote, do descumprimento das obrigações tão criminosamente contraídas. Em seu clamor último, apresentava as responsabilidades que nossa Nação tinha com seus concidadãos, que iam desde as de sobrevivência mínima, até a da não sujeição do imperialismo internacional representado, agora, nesta década, pela

ingerência do FMI.

Já com a doença dominando seu corpo, com os dias exatos, os minutos contados, não teve seu resto de forças voltados para seus familiares. Amontou o que lhe sobrava de energias, reuniu o que lhe sobrava de forças, e juntamente com o oceano que possuía de dever cívico, lançou sua última campanha de soerguimento nacional.

Em várias oportunidades, o já saudoso companheiro Teotônio Vilela, gostava de citar "FERREIRA GOULART", quando se referia à realidade brasileira:

"Assim como dois e dois são quatro,

Eu sei que a vida vale a pena.

Mesmo o pão sendo caro,

E a liberdade pequena."

Ele, Teotônio Vilela mais do que ninguém, percebia o grau de vicissitude de nossos concidadãos, pois sua origem nordestina convivia diuturnamente com a miséria, com o desespero, com a falta de uma política agrária que viesse a atender às nossas realidades, ou seja, convivia com a região mais desprotegida de nosso território nacional.

Mas temos por certeza, todos nós competentes da Bancada do PMDB desta Casa Legislativa, que a morte de Teotônio Vilela fez calar uma voz, mas nunca um pensamento, um ideal, uma certeza de caminho certo, embora áspero e tortuoso.

Suas palavras e seus pensamentos continuarão a retumbar nos quatro cantos de nosso País, pois não eram pensamentos individuais e isolados, e sim pensamentos que completavam e moldavam os pensamentos de mais de 60% do Colégio Eleitoral Brasileiro.

Sabemos do sofrimento de seus familiares, companheiros, correligionários e conterrâneos, mas que eles fiquem sabendo que Teotônio Vilela de muito deixou de ser um ídolo setorizado para ser um pensador, um condutor e viabilizador das aspirações de todo um país, e que neste momento todos choram sua viagem para o desconhecido.

Que o passar dos tempos não consiga embotar sua palavras, pois assim acontecendo, estará a história perdendo a síntese do pensamento do povo brasileiro da época que ora atravessamos.

Senhor presidente, que este voto de pesar, o qual representa o pensamento unânime de nossa Bancada nesta Casa, seja devidamente transcrita em seus anais, bem como comunicado aos seus familiares e demais companheiros de todos os diretórios regionais do PMDB, bem como o diretório nacional, pois só assim acreditamos que possamos estar fazendo um pouco de justiça, a quem pensou nela até o fim de sua vida.

Muito obrigado.

Quero senhor presidente, comunicar que a liderança da nossa bancada receberá, em data oportuna, após a confirmação dos familiares do extinto senador, a sua presen-

ça nesta Assembléia, estaremos requerendo uma sessão especial para homenagear a figura do ilustre homem público e fazer a entrega "post mortem", do título de Cidadão Honorário que em boa hora foi-lhe outorgado por esta Assembléia Legislativa, e que só não foi entregue, exclusivamente, pela falta de condição física do senador Teotônio Vilela, cuja data já estava inclusive fixada, para esta Assembléia fazer a outorga do Título de Cidadão Honorário, votado e aprovado unanimemente por essa Assembléia.

Comunicamos à Mesa, que oportunamente, tão logo tenhamos a confirmação dos seus familiares e da possibilidade, inclusive, de a família se fazer representar pelo arcebispo da Bahia, D. Vilela Brandão, então a entrega solene "post mortem" do título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao nosso ex-companheiro Teotônio Vilela.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Consulta à liderança do PMDB se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Consulta à liderança do PDS se deseja fazer uso do seu horário. (Declina).

Encerrada a Hora do Expediente, passaremos à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ferrari Júnior, contante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

4.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 178/83, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n.º 120/83), que altera dispositivos da Lei n.º 7.051, de 04/12/78, que dispõe sobre a estrutura da Receita do Estado - CRE, e dá outras providências. Com PARECER E EMENDA FAVORÁVEL da C.C.J., e PARECERES FAVORÁVEIS da C.R.H. e C.F., por unanimidade. Com EMENDA SUBSTITUTIVA ÀS EMENDAS N.ºs 04 e 05 DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em votação a Emenda. -Aprovada.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei Complementar n.º 79/82, que dispensa o presidente, o secretário e o tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná das atividades normais de seus cargos públicos.

conforme específica. -Aprovado.

**Redação Final do Projeto
de Lei Complementar n.º 79/82.**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º O presidente, o secretário e o tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná, sem prejuízo financeiro e funcional, ficam dispensados das atividades próprias de seus cargos de funcionários públicos.

Parágrafo único. A carga horária a que cada um desses diretores está obrigado a cumprir no serviço público estadual deverá ser aplicada, exclusivamente, em projeto da entidade acima mencionada.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n.º 53/83, que dá nova redação ao Art. 43 da Lei 7.074 de 02 de janeiro de 1979. (HONORÁRIOS DE ADVOGADOS EM AÇÕES FISCAIS EM FAVOR DO ESTADO). - Aprovado.

**Redação Final do Projeto
de Lei n.º 53/83.**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º O artigo 43 da Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, passa a ter dois (2) parágrafos e a seguinte redação:

Art. 43. As importâncias relativas às condenações na verba de honorários de advogados, devidas nas ações em geral e nas execuções fiscais em favor do Estado, reverterão ao patrocinador da causa, seguindo os critérios abaixo indicados:

I -	sucumbência até 40 Ortns	- 100%
II -	de 41 a 80 Ortns	- 95%
III -	de 81 a 120 Ortns	- 90%
IV -	de 121 a 140 Ortns	- 85%
V -	de 141 a 200 Ortns	- 80%
VI -	de 201 Ortns acima	- 75%

§ 1.º Os percentuais excedentes aos correspondentes a sucumbência do patrocinador da causa, serão revertidos à Secretaria de Justiça, dotada especificamente à manutenção da Assistência Judiciária Gratuita, sendo proibido a aplicação de tal dotação à qualquer outro fim, sob a pena do percentual ser revertido ao fundo assistencial da Governadoria.

§ 2.º Até a regularização final da Assistência Judiciária Gratuita, a dotação deverá ser aplicada em caderneta de poupança gerida por entidades financeiras pertencentes ao Estado, sendo vedada a sua utilização a qualquer fim fora do específico.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do projeto de Lei n.º 82/83, que objetiva cancelar débitos para com a Fazenda Estadual, existentes até 31/12/82, decorrentes de responsabilidade funcional e dá outras providências. Aprovado.

**Redação Final do Projeto
de Lei n.º 82/83.**

DECRETA:

Art. 1.º Ficam cancelados os débitos para com a Fazenda Pública Estadual, de valor originário igual ou inferior a Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros) existentes até 31 de dezembro de 1982, decorrentes de responsabilidade funcional, inscritos em Dívida Ativa, em razão de decisão condenatória do Tribunal de Contas do Estado, arquivando-se os respectivos processos.

Parágrafo único. Os autos de execução de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do juiz ou do relator, no caso do Tribunal, ciente o representante da Fazenda Pública.

Art. 2.º Para os efeitos desta lei, entende-se como valor originário da dívida o que corresponde ao total do débito, excluídas as parcelas relativas à correção monetária, juros, custas judiciais e honorários advocatícios.

Art. 3.º Os benefícios desta lei não atingem os débitos decorrentes de fraude ou ilícitos penais.

Art. 4.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 86/83, (Mensagem n.º 99/83) que aprova o termo de revigoração e retificação de 26/06/83, ao convênio celebrado em 26/01/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e municípios de Santa Helena, com interveniência da SUDESUL, objetivando alterar prazos para execução de obras convencionadas e de vigência do convênio e revigora as demais cláusulas.- Aprovada.

**Redação Final do Projeto
de Resolução n.º 86/83.**

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o termo de revigoração e retificação datado de 26 de junho de 1983, ao Convênio n.º 03/83, celebrado em 26 de janeiro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, e o município de Santa Helena, com a interveniência da Superintendência da Região Sul - SUDESUL, objetivando retificar o período de vigência para execução das obras definidas no referido convênio, bem como a renovação de

seu prazo de vigência.

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 87/83, (Mensagem n.º 91/83) que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PRONOROESTE" - Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 87/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam aprovados os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior, e os municípios adiante discriminados: Arapongas, Guaraci, Nossa Senhora das Graças e Presidente Castelo Branco, datados 28/06/83; Cianorte, Guairaçá, Guaporema, Jardim Alegre, Marilena, Paranavaí, Pérola, Porto Rico, Santa Cruz do Monte Castelo, Santo Antônio do Caiuá, Umuarama e Xambrê, datados de 13/06/83, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana, conforme Programa Especial de Controle da Erosão do Solo do Noroeste do Paraná - PRONOROESTE.

Art. 2.º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n.º 88/83, (Mensagem n.º 82/83) que aprova convênio de cooperação e compromisso celebrado em 08/03/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de Centenário do Sul, para construção do Terminal de Passageiros nessa cidade. Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n.º 88/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º Fica aprovado o termo de cooperação e compromisso celebrado em 08 de março de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o município de CENTENÁRIO DO SUL, objetivando a construção do terminal rodoviário de passageiros no referido município.

Art. 2.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 23/11/83.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;

EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 201/83, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA,

que reestrutura os serviços administrativos da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J., C.F. e C.R.H., E EMENDA SUBSTITUTIVA da C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 94/83, (Mensagem n.º 93/83, ex-Proposição n.º 95/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.º 01/83, celebrado em 05/07/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e o município de Campo Alegre, objetivando Aplicação de Recursos Financeiros da COMEC, na execução de obras de interesse metropolitano, constante do plano metropolitano de investimentos. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 95/83, (Mensagem n.º 89/83, ex-Proposição n.º 86/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade de COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 96/83, (Mensagem n.º 104/83, ex-Proposição n.º 102/83), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 111/83, (Mensagem n.º 74/83, Ex-Proposição n.º 75/83), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova convênio celebrado em 13/05/82, entre o Estado do Paraná e a cidade Industrial de Curitiba - C.I.C., com interveniência da prefeitura municipal de Curitiba, objetivando a participação do Estado no "Programa de Industrialização do Município de Curitiba. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 204/83, de autoria do deputado ACIR MEZZADRI, que autoriza o Poder Executivo isentar a "FUNDAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO INDIGENTE - FREI", das taxas de energia elétrica, água e saneamento, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Projeto de Lei n.º 204/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

DECRETA:

Art. 1.^o - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar a FREI Fundação de Recuperação do Indigente, das taxas de energia elétrica, água e saneamento.

Art. 2.^o - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08/11/83.

(a) ACIR MEZZADRI.

JUSTIFICATIVA:

A FREI é uma entidade assistencial, declarada de utilidade pública à nível federal.

Atende grande parte da população carente de Curitiba e região metropolitana.

Hoje, devido ao êxodo rural, cujo contingente de mão-de-obra desqualificada vem inflando as periferias das grandes cidades e devido ainda o elevado índice de desemprego, com a sua conseqüente indigência, o número de pessoas que têm procurado a FREI aumentou sensivelmente, gerando portanto, sérias dificuldades.

Muita delas, quase todas migrantes de zonas rurais, sem quaisquer qualificações, razão pela qual não encontrando trabalho, acabam nos albergues e, posteriormente, no núcleo agrícola de Campo Magro (organismo da FREI), a procura de abrigo e alimentos.

A FREI dá assistência social, médica e dentária, além de providências relacionadas com a obtenção de documentos pessoais.

Com o número de internos aumenta dia a dia, suas instalações estão se tornando insuficientes, pois a capacidade de alojar é de 200 pessoas, número que atualmente chega a 320.

Por isso, podem os senhores deputados avaliarem as dificuldades que têm enfrentados os dirigentes daquela Fundação, para dirigi-la, haja vista, os elevados custos de manutenção.

Dado a nobreza do alcance social e dos objetivos alcançados pela FREI, julgamos justas, oportunas e principalmente humanas as medidas propostas no presente plano de lei, pois a insignificância financeira que tais isenções representarão para os cofres públicos, muito significará para os assistidos daquela instituição.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 204/83.

O projeto de lei em exame, autoriza o Poder Executivo a isentar a FREI (Fundação de Recuperação do Indigente). Das taxas de energia elétrica, água e saneamento.

Tratando-se de mera autorização legislativa, o projeto não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Nestas condições, somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 22/11/83.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CESAR - Presidente;
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) sobre a mesa, requerimento de autoria do se-

nhor deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor ex-senador Teotônio Vilela, ocorrido no dia 27 de novembro do corrente ano, na cidade de Maceió-Alagoas. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Eduardo Baggio, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da senhora Graciosa Novello Cantu, ocorrido no dia 26 de novembro do corrente ano. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Camilo Lelis Gazineu, ocorrido no município de Guaíra. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 1.^o aniversário de emancipação política do município de Cafelândia D'Oeste. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 229/83. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 189/83, que visa dar o nome de Moacir Júlio Silvestri à PR-170. Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI - (Pela Ordem) Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n.º 118/83. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor capitão doutor Waldemar Kretschmer da Assessoria da Defesa Civil, encarecendo nos seja enviado relatório dos municípios que receberão auxílio financeiro para compra de alimentos e remédios a serem destinados aos carentes dos municípios da Microrregião do Vale do Ivaí. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo para que o mesmo determine ao DER, a conservação de estrada que liga o município de Capanema ao Porto Governador Lupion. Aprovado. Ao Departamento Legisla-

tivo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos senhores ministros da Educação e reitor da Universidade Federal do Paraná, visando a constituição de vagas para o próximo ano letivo, para estudantes que necessitam de transferência de outras universidades ou faculdades. Em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI - (Pela Ordem) Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando a implantação de uma linha de ônibus entre o município de Ubiratã e Curitiba. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Agricultura, encarecendo informações junto a CAFE - Companhia de Fomento Agropecuário do Paraná, a respeito da qualidade do poder germinativo das sementes de algodão, bem como seus preços de sementes na região de Goioerê. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à COAMO-Cooperativa Agropecuária Mourãoense, pela passagem do 13.º aniversário de sua fundação. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, inteiro teor do documento final firmado por ocasião do 5.º Congresso Brasileiro de Economistas realizado nesta Capital. Aprovado. Ao Departamento Legislativo. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento de autoria do senhor deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente solicitando o envio de expediente ao senhor secretário de Segurança Pública, encarecendo providências quanto ao policiamento do município de Maringá e regiões circunvizinhas. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, encarecendo providências na recuperação da PR-082, no trecho que liga os municípios de Cidade Gaúcha e Rondon. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nelson Buffara, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao senhor diretor do DER, por intermédio da Secretaria dos Transportes, visando a reconstrução do trecho que liga São José da Graciosa ao trevo da estrada Morretes-Antonina. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Edgar Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, visando a instalação de uma subestação da COPEL, alimentada pela rede que serve Corbélia, no município de Cafelândia D'Oeste. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Airtton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do doutor Milton de Lucca, para prestar depoimento no plenário deste poder sobre as atividades que exerceu no DETRAN, contribuindo para a eliminação dos problemas que determinaram seu afastamento daquele órgão. Rejeitado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando a suspensão da sessão de hoje em homenagem ao senhor ex-senador Teotônio Vilela. Rejeitado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de pedido de informações ao senhor governador do Estado, no sentido de que sejam fornecidas cópias dos contratos entre o Estado, empresas públicas e autarquias ou Fundações com instituições financeiras brasileiras ou internacionais, e que representem aumento da dívida da administração direta ou indireta do Estado. Retirado pelo autor. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Paulo Furiatti, constante do expediente, solicitando seja marcada para o dia 30 de novembro do corrente ano, a realização de sessão especial deste Poder, para que seja homenageado o ex-senador Teotônio Vilela, falecido no dia 27 de novembro do corrente ano, na cidade de Maceió-Alagoas. Em votação.

O SR. NILSO SQUAREZI - (Pela Ordem) Gostaria que vossa excelência esclarecesse quem é o autor de proposição.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Deputado Paulo Furiatti.

O SR. NILSO SQUAREZI - Senhor presidente, vou pedir para discutir o requerimento a fim de que eu tenha tempo hábil para conversar com o deputado Paulo Furiatti, para ajustarmos a data da presença da família, a fim de que se entregue o título de Cidadão Honorário, que é de autoria do próprio deputado Paulo Furiatti, para que a homenagem seja feita numa só data então. Dependeríamos da confirmação de um fami-

liar do ex-senador, para marcarmos a sessão.

Concordo com ela, só que a data deveríamos ajustar com a confirmação da família para receber o título.

Peço para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Para discutir, adia-se na forma regimental. Retirado pelo autor. Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, terça-feira, dia 29, à hora regimental, com o seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL-

do Projeto de Lei Complementar n.º 45/83 e do Projeto de Resolução n.º 112/83, do Projeto de Lei n.º 186/83 e 187/83, dos Projetos de Resolução n.ºs 90, 91 e 92/83.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 204/83.

1.ª DISCUSSÃO - da Proposição n.º 101/83. do Projeto de Lei n.º 118/83.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ADHAIL SPRENGER PASSOS, EM SESSÃO DO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 1983.

5.º CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS MANIFESTO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS À NAÇÃO Carta de Curitiba

Em nenhum outro momento da história do Brasil, uma categoria profissional teve tanto poder de utilizar seus conhecimentos técnicos e foi tão vinculada aos destinos da Nação quanto tem sido a dos economistas nos últimos anos.

Apesar disso, nunca a administração dos negócios públicos gerou resultados tão nefastos nem perspectivas tão sombrias para uma sociedade.

Manifestamos profunda angústia pelo estado da economia nacional. Entendemos porém que à categoria, como classe, não pode ser imputada qualquer culpa por erros de grupos específicos, que há vinte anos participaram direta ou indiretamente do Poder, de forma fechada e autoritária, sem consultas sistemáticas à sociedade.

Foi sob esse clima que nós, economistas do Brasil, realizamos em Curitiba, no período de 15 a 18 de novembro, nosso 5.º Congresso Nacional, do qual este manifesto reflete nossa consciência, nossa preocupação, nossas reflexões, nosso alerta, nossas propostas e nossos compromissos.

A visão do 5.º Congresso é de um enorme consenso. Lamentavelmente. Um consenso

de crise e da certeza de seus acirramento nos próximos meses, caso medidas urgentes de caráter político e econômico não sejam tomadas. Todos os cenários imaginados indicaram um quadro social desesperadamente para todas as classes produtivas - trabalhadores ou empresários - em favor de ganhos especulativos e de um fluxo de renda para o sistema financeiro internacional.

A desarticulação do setor produtivo tem gerado, ao mesmo tempo, grande massa de desempregados e escassez de produtos básicos. A prioridade da dívida externa sobre os interesses internos tem forçado uma explosão na taxa de juros e uma de liberada redução da demanda interna, com todas as consequências econômicas e sociais. Em decorrência disso, a economia tem se voltado para o setor financeiro hiperativado, que recolhe recursos derivados da poupança privada e compromete os recursos públicos na remuneração de títulos financeiros. Os serviços públicos, a presidência, as obras de infra-estrutura, depois do desperdício da magalomania, ficam agora paralisados. O setor agrícola está sendo insanamente perturbado pela priorização ao cumprimento dos absurdos compromissos externos, em função do que se eliminam subsídios em áreas necessárias, orientam-se recursos para produção de bens exportáveis, exportam-se produtos cuja demanda interna dezois requer importações a preços superiores aos obtidos com sua exportação.

Mantida a atual política, as perspectivas dos próximos anos são ainda mais graves que as apresentadas pelo quadro atual.

O futuro vislumbrado é de um aprofundamento ímpar da crise, que aumenta a angústia dos economistas pela consciência que têm, como profissionais da sua gravidade bem como a de todos os cidadãos brasileiros, sujeitos às suas negativas consequências.

As discussões durante o Congresso nos permitiram prever que o produto nacional continuará a se reduzir, o desemprego a se ampliar e a inflação a persistir, apesar do elevadíssimo custo social da estratégia recessiva utilizada.

Mantidas essas condições por mais alguns meses, a Nação brasileira terá de arrastar as consequências da crise atual por longo período. A economia poderá levar décadas para poder recuperar um nível de desenvolvimento que permita a satisfação das necessidades de sua população.

Diante da grave situação nacional, é fundamental iniciar, de imediato, a reorientação da economia. Mas, é igualmente necessário, um plano de emergência que permita evitar o desastre social, verdadeiro genocídio, atualmente ocorrendo.

No entanto, não queremos seguir postura tecnocrática e autoritária de ditar receitas pretensamente únicas e acabadas pa-

ra a sociedade. Enfatizamos, do nosso ponto de vista, que se faz necessário avançar na consolidação da democracia plena como forma de definir os rumos que a Nação brasileira deve seguir. Nesse sentido, é fundamental a restauração da legitimidade e credibilidade pela via da eleição direta para a presidência da República.

AÇÕES EMERGENCIAIS

A adoção imediata de um programa de emergência para enfrentar a pauperização das massas urbanas e rurais se coloca como prioridade absoluta para evitar a instabilidade social e o retrocesso. Não se trata de uma postura paternalista em relação ao desemprego, mas do reconhecimento de uma situação crítica que tende à degenerescência social.

Recomenda-se, nesse sentido, a criação de programas específicos de trabalho rural de forma a proporcionar efetivas oportunidades de emprego e condigna remuneração à população desempregada, bem como a implantação imediata, ainda que inicial, do seguro desemprego para os trabalhadores urbanos.

Um programa emergencial, dessa natureza, destinado a atender imediatamente a cerca de cinco milhões de desempregados, através da garantia do poder ser avaliado em uma soma de dois vírgula cinco trilhões de cruzeiros. Não se pode argumentar ser impossível ou inviável encontrar soluções convenientes para o financiamento desse programa de emergência. A receita adicional a ser gerada pela medidas tributárias casuísticas do Decreto Lei 2065 deve totalizar cerca de setecentos bilhões de cruzeiros em 1984, enquanto que a receita total do FINSOCIAL no próximo ano deve se aproximar de um montante equivalente, a preços de hoje. Assim, se apenas essas duas fontes de receita tributária fossem diretamente vinculadas a um programa emergencial do tipo aqui proposto, já estaria viabilizado cerca de sessenta por cento de seu custo.

A reativação do Fundo de Assistência ao Desempregado, com recursos já existentes e que não estão sendo utilizados para seus objetivo, viria a complementar parcela do custo desse programa. Os recursos adicionais poderiam perfeitamente advir de outros remanejamentos nas prioridades do gasto público e de aportes suplementares captados através da dívida pública federal.

É necessário adotar com urgência programas que garantam o abastecimento alimentar, evitando a generalização da fome que já atinge amplos segmentos da população brasileira.

Esses programas precisam voltar-se urgentemente, às classes de mais baixa renda, tanto urbanas como rurais, nas quais o problema já alança proporções dramáticas. Devem também voltar-se para a produção agrícola, principalmente criando as condi-

ções para um redirecionamento imediato da pauta de produtos, privilegiando a produção de alimentos básicos, desvinculando os preços do mercado interno daqueles vigentes no mercado externo, condicionando as exportações ao abastecimento interno, formando estoques reguladores e evitando a venda precepitada desses estoques com a intenção de obter superávits comerciais.

É urgentemente necessário que as políticas agrícolas atuais, embora criticáveis, ao invés de serem totalmente desarticuladas por exigência dos acordos internacionais, sejam de pronto reativadas e reformuladas, objetivando no curtíssimo prazo aumentar a oferta de alimentos destinados ao abastecimentos interno popular, evitando a já previsível transformação da fome crônica em fome absoluta.

A QUESTÃO EXTERNA

Considera-se a questão externa, representada pelas dificuldades cambiais brasileiras decorrente do excessivo endividamento externo do País, caracteriza o principal ponto de estrangulamento da economia.

Além disso, a dívida ameaça a soberania nacional na medida que transfere ao exterior, especialmente ao FMI, a administração de nossa economia, pairando sérios riscos de desnacionalização definitiva sobre diversos setores, em especial o industrial e financeiro.

Para superar o impasse, concluiu-se pela necessidade de romper com a dependência ao capital financeiro internacional, suspendendo-se temporariamente o pagamento dos juros e das amortizações da dívida externa, através de uma moratória unilateral, necessária para iniciar uma reorganização da situação cambial do País em condições condizentes com os interesses básicos da população brasileira.

Como uma das políticas para superar eventuais dificuldades de curto prazo nos campos energético e industrial, e como forma de maior complementação econômica a longo prazo, vê-se também como necessária, uma maior aproximação econômica e política com países de economias complementares à nossa e ou com países que enfrentam problemas de endividamento similares ao nosso.

Está claro para nós que os riscos de represálias decorrentes da insatisfação dos credores é inferior ao risco da manutenção do atual rumo de negociação da dívida sob condições de uma represália permanente sobre o nível de emprego e a dinâmica da economia.

Alem disso, a estrutura produtiva brasileira tem condições de superar reduções em recursos financeiros e compensando a possível redução no fluxo de petróleo e de insumos industriais, através de política energética e industrial mais racional e condizente com a realidade de nossos recursos.

INFLAÇÃO E QUESTÃO FINANCEIRA E FISCAL

O patamar corrente da inflação já é, hoje, de trezentos por cento ao ano. As dificuldades para rebaixar essa taxa são óbvias, no contexto de um sistema de preços amplamente indexado e da recorrência de choques realimentadores derivados das tarifas do setor público, dos efeitos da crise cambial sobre os preços básicos de produtos primários de exportação de matérias-primas e de combustíveis importados. Ademais, o processo de propagação inflacionária tende a ser permanentemente acelerado pela elevada intensidade das atividades especulativas, motivadas por expectativas instabilizadoras, diretamente proporcionais ao profundo descrédito das atuais autoridades econômicas. Portanto, diante do caráter predominantemente financeiro, especulativo e de falta de credibilidade que caracterizam as tensões inflacionárias em curso, consideramos ridícula a idéia de atribuir o recrudescimento da inflação a um suposto "excesso" de gastos públicos e privados, ou à realimentação provocada pelos "reajustes" salariais que, diga-se de passagem, já vêm sendo efetuados sistematicamente abaixo dos índices reais de encarecimento da cesta básica de subsistência. Os níveis de capacidade produtiva ociosa, industrial e agrícola, são elevadíssimos e o déficit público vem sendo ampliado pela força de seus componente financeiro, diretamente vinculado ao ritmo acelerado da desvalorização cambial que infla, automaticamente, a dívida mobiliária federal.

Diante dessa constatação, impõe-se como tarefa urgente enfrentar a inflação. É indispensável desvincular completamente a dívida pública da taxa de câmbio como pré-condição, seja para propiciar a rebaixa imediata e substancial das taxas de juros, seja para poder iniciar a política antiinflacionária eficiente.

Essa providência permitiria, ademais, a enorme vantagem de recuperar a flexibilidade no manejo da política cambial, de extrema utilidade numa etapa de insolvência externa e diante da necessidade de sustentar, de forma racional, o esforço exportador.

A taxa de câmbio deveria refletir apenas a realidade dos preços dos produtos fundamentais em nosso comércio exterior (sejam de importação ou de exportação), circunscrevendo-se ou minimizando-se os seus impactos altistas sobre os preços dos bens e serviços essencialmente domésticos. Uma política antiinflacionária, para ser eficaz, requererá também, como pressuposto, a restauração da credibilidade das autoridades e dos aceleracionistas é essencial para que se possa iniciar um processo gradual e cuidadoso de deindexação, que não ponha em risco a estabilidade e a possibilidade de reformar o conjunto do Sistema Financeiro público e privado, cuja

situação atual é visivelmente pré-caótica.

O gradualismo e a harmonização das taxas de remuneração dos diversos ativos financeiros, de conformidade com seus prazos de maturidade, risco e grau de liquidez, devem presidir as medidas indispensáveis de desindexação financeira ao mesmo tempo em que a equidade social requer a negociação demográfica de uma política de rendas, através de um Congresso Nacional restaurado em suas prerrogativas e responsabilidades, seja do ponto de vista da política antiinflacionária, seja do ângulo de distribuição equânime dos sacrifícios sociais. A fórmula de política-salarial mais adequada é a da introdução da escala móvel de reajustes, com o ajustamento automático do patamar de salários toda vez que o INPC acumulado atingir uma certa porcentagem. Por conseguinte, para restaurar as condições mínimas de crescimento, com ordenação fiscal financeira e reversão inflacionária, propõe-se reformas em duas áreas específicas: uma reforma financeira e uma reforma tributária.

É imprescindível uma profunda reforma financeira, já que hoje vivemos uma ciranda especulativa em que o circuito financeiro se encontra desvinculado da produção e atrelado às condições de nosso relacionamento com o exterior.

O primeiro passo dessa reforma é a desdolarização da economia.

É preciso que o banco central se transforme em sujeito da dívida externa, assumindo os passivos em dólares, tanto do setor público quanto do setor privado, sem que isso redunde em ganhos especulativos para os portadores de títulos com cláusula de correção cambial.

Estar-se-ia, assim, desatrelando a dívida interna da variação cambial recuperando a autonomia necessária à política cambial, e eliminada a maior causa do déficit público, que é o serviço da dívida interna e não o déficit das empresas estatais, comumente divulgado.

O alardeado déficit das estatais é, no mínimo, falecioso porque entre essas estão incluídos órgãos que prestam serviços não remunerados, de natureza eminentemente pública.

É preciso ainda recuperar as funções de controle da política monetária pelo Banco Central, com a separação de suas funções de intermediações das suas funções de controle da liquidez e da execução do orçamento monetário.

Ademais, é necessária uma coordenação do orçamento monetário com o orçamento fiscal e o orçamento das estatais, para que seja possível uma definição, devidamente aprovada pelo Congresso Nacional, das prioridades de orientação da economia.

Nessa reforma deve-se incluir o revigoramento do Sistema Financeiro da habitação pela reavaliação das suas fontes de recursos, bem como a

mento dos seus objetivos, visando proporcionar maior oferta de moradias populares. Por fim é necessário desenvolver a intermediação financeira a longo prazo e o mercado de capitais, visando a diminuição do grau de endividamento da empresa nacional e ao suprimento de recursos a projetos de investimento com maior prazo de maturação.

A reforma tributária é urgente e deverá ser processada em termos de um amplo debate democrático, cuja pauta abranja pelo menos os seguintes pontos: maior progressividade de um modo geral e maior tributação dos rendimentos e dos ganhos de capital; redução ao máximo dos casuísmos nas isenções e incentivos; redução do hiato entre arrecadação potencial e efetiva; distribuição mais equitativa das receitas pelos três níveis de governo, de modo a otimizar o desempenho de suas funções nas respectivas áreas de atuação; simplificação e seletividade dos tributos indiretos que propiciem uma efetiva redução da incidência sobre bens e serviços essenciais à subsistência; aplicação dos recursos tributários preferencialmente em programas inadiáveis, tais como criação de empregos, alimentação para a população de menor renda, aplicação dos serviços de educação, saúde, saneamento, habitação, etc.

A QUESTÃO SOCIAL

Os graves problemas que perpassam a sociedade brasileira têm suas causas, em última instância, nas prioridades que nortearam o desenvolvimento econômico do País, através de uma política desrespeitosa dos interesses nacionais desvinculadas dos anseios da população. Nesse sentido a questão agrária constitui um dos mais graves problemas nacionais sendo a sua resolução, de forma ampla e democrática, fundamental para a elevação dos padrões de vida de todos os brasileiros.

A concentração das terras vem, historicamente, prejudicando não apenas os homens do campo dela desprovidos, ou com parcelas insuficientes para o seu próprio sustento, mas também o conjunto da sociedade brasileira que vê limitada a oferta de produtos agropecuários em virtude da improdutividade e da utilização das terras.

Para sanar tal ordem de problemas, propõe-se a realização de uma reforma agrária, massiva, regionalmente qualificada e sob controle dos trabalhadores através de suas entidades representativas, associada a uma revisão global da política agrícola nacional, objetivando eliminar as distorções de há muito observadas no campo brasileiro, bem como aumentar a oferta de produtos primários em geral. Essa revisão deve incluir, necessariamente, a concessão de subsídios à produção agrícola, de forma desconcentrada, permitindo o acesso a estes benefícios aos pequenos e médios agricultores.

É necessária a taxação progressiva

sobre as terras não utilizadas, até o limite do seu valor, com o confisco como resultado final, em casos de renitente especulação fundiária.

Tal política deve incluir um urgente desenvolvimento nas pesquisas tecnológicas, voltando os esforços para busca de soluções nacionais, independentes, e acessíveis aos pequenos produtores.

É necessária a adoção de formas de decidido apoio à produção, comercialização e agroindustrialização cooperadas, capazes de incluir no seu bojo os pequenos produtores, simplificando as cadeias de comercialização e permitindo uma redução dos preços ao nível dos consumidores, concomitantemente a uma elevação da rentabilidade dos agricultores.

A questão social nas áreas urbanas é algo que transcende as proposições emergenciais.

Do ponto de vista do emprego, a proposição já mencionada do seguro-desemprego é algo permanente, já que se trata de um instrumento que harmoniza o desenvolvimento econômico.

Entretanto, o seguro-desemprego deve ser encarado dentro de um conjunto de políticas sociais mais amplas, voltadas à garantia do emprego a todos os membros da sociedade. A rapidez com que vem se difundindo as novas tecnologias, principalmente a automação dos processos produtivos, apresenta perspectivas desfavoráveis do lado da geração do emprego, o que coloca para o Estado a necessidade de tomar para si a questão do emprego, através de políticas específicas que permitam a crescente geração de novos postos de trabalho.

O problema de má distribuição da renda no Brasil deve ser colocado como ponto central da política econômica. Parcela significativa da população se encontra na faixa de remuneração abaixo do salário mínimo, o que caracteriza sua situação como de pobreza absoluta. Em vista disso, os economistas reunidos neste Congresso propõem a sua elevação a um nível compatível com uma vida condigna. A par disso, deve ser preservado o poder de compra dos salários de todos os níveis, o que significa substituir a atual política salarial. Essa proposta é coerente com as medidas que visam ao aumento da produção agrícola e de outros bens de consumo das populações pobres.

Verifica-se que os problemas regionais de fundo estrutural permanecem inalterados ao longo da história econômica do Brasil.

A rediscussão e o desenho de uma nova política de desenvolvimento regional para o Brasil somente poderá apresentar melhores resultados se conseguirmos, ao nível institucional, restabelecer o princípio da descentralização, implícito no regime federativo.

É necessário que o País disponha de uma política de desenvolvimento regional.

proposta a partir dos interesses locais de cada região e aprovada por um Congresso Soberano. Isso permitirá que cada plano regional deixe de ser instrumento de políticas específicas a critério de tecnocratas e se volte para os reais interesses locais.

EPÍLOGO

Ficou claro para os participantes do Congresso, a existência de uma lógica que explica as causas das manifestações da crise. Essa lógica reside numa estrutura econômica desadaptada à realidade de nossos recursos e às necessidades de nossa sociedade, decorrentes da extrema submissão aos modelos e aos interesses do capital internacional. Entendemos que o problema da economia brasileira é a própria economia brasileira e que a superação de sua crise não poderá ser realizada através de pacotes limitados mas somente através de uma reorientação geral que aproveite a oportunidade criada pela

consciência dos erros e pela dimensão crise internacional. Trata-se de redefinir quais são as prioridades internas e reais da economia brasileira e orientar o processo econômico para a dimensão exata de nosso mercado e de nossos recursos através de um planejamento que, respeitando objetivos formulados democraticamente, coloque a técnica econômica a serviço da sociedade brasileira.

Nesse processo, nós economistas temos uma grande responsabilidade, como técnicos e como cidadãos. Como cidadãos devemos participar do processo político de definição das alternativas que se abrem à sociedade brasileira.

Como profissionais devemos, sem preconceitos teóricos, formular instrumentos técnicos que permitam viabilizar as alternativas escolhidas.

Curitiba, 18 de novembro de 1983.

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1.984

DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS (ANEXO 1)

EM CR\$ 1,00

R E C E I T A	D E S P E S A
RECEITAS CORRENTES	DESPESAS CORRENTES
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 644.000.000	DESPESAS DE CUSTEIO 23.000.000
RECEITA PATRIMONIAL 1.530.000.000	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 350.000.000
OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.000.000	
T O T A L 2.175.000.000	SUPERAVIT 1.802.000.000
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO	T O T A L 2.175.000.000
CORRENTE 1.802.000.000	DESPESAS DE CAPITAL
T O T A L 1.802.000.000	INVERSÕES FINANCEIRAS 1.802.000.000
	T O T A L 1.802.000.000

R E S U M O		
RECEITAS CORRENTES	2.175.000.000	DESPESAS CORRENTES 373.000.000
T O T A L 2.175.000.000		DESPESAS DE CAPITAL 1.802.000.000
		T O T A L 2.175.000.000

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1.984

DEMONSTRAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESAS - CONSOLIDAÇÃO GERAL

EM CR\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	DESDOBRAMENTO	ELEMENTO	CATEGORIA ECONÔMICA
3.0.0.0	DESPESAS CORRENTES			<u>373.000.000</u>
3.1.0.0	DESPESAS DE CUSTEIO			<u>23.000.000</u>
3.1.2.0	Material de Consumo		600.000	
3.1.3.0	Serviços de Terceiros e Encargos		22.400.000	
3.1.3.1	Remuneração de Serviços Pessoais	3.000.000		
3.1.3.2	Outros Serviços e Encargos	19.400.000		
3.2.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
3.2.5.0	Transferências a Pessoas		350.000.000	350.000.000
3.2.5.1	Inativos	350.000.000		
4.0.0.0	DESPESAS DE CAPITAL			<u>1.802.000.000</u>
4.2.0.0	INVERSÕES FINANCEIRAS			<u>1.802.000.000</u>
4.2.7.0	Concessão de Empréstimos		60.000.000	
4.2.9.0	Diversas Inversões Financeiras		1.742.000.000	
			T O T A L	2.175.000.000

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA - ESTADO DO PARANÁ

ORÇAMENTO PARA O EXERCÍCIO DE 1.984

RESUMO GERAL DA RECEITA

EM CR\$ 1,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	RUBRICA	FONTE	CATEGORIA ECONÔMICA
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES			2.175.000.000
1200.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES			644.000.000
1210.00.00	Contribuições Sociais			
1210.01.00	Contribuição da Assembléia Legislativa	375.500.000	644.000.000	
1210.02.00	Contribuição dos Deputados	234.500.000		
1210.03.00	Contribuição dos Aposentados	19.000.000		
1210.04.00	Contribuição dos Facultativos	14.000.000		
1210.05.00	Contribuição do Estado (art.23)	1.000.000		
1300.00.00	RECEITA PATRIMONIAL			1.530.000.000
1320.00.00	Receitas de Valores Mobiliários		1.530.000.000	
1321.00.00	Rendimentos de Títulos	1.500.000.000		
1322.00.00	Juros de Empréstimos	30.000.000		
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES			1.000.000
1990.00.00	Receitas Diversas		1.000.000	
1990.99.00	Outras Receitas	1.000.000		